

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALTO DO SEIXALINHO, SANTO ANDRÉ E VERDERENA

ATA Nº 11

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano dois mil e dezanove, no Auditório da Junta de Freguesia da Verderena, sito na Avenida da Liberdade nº. 19, realizouse uma sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia, com a presenças dos seguintes membros da Assembleia.

Presidente da Assembleia - Antínia Andreia Andrade de Morais (PS)

1ª Secretária – Carina Isabel Isaías Salgado Evangelista (PS)

2º Secretário - Hugo Manuel da Silva Galamba (PS)

Carlos Alberto Fernandes Moreira (CDU)

Manuel Bernardino da Cruz Ramos (CDU)

Laura Maria Santos do Paço (CDU) substituindo Cláudia Antunes

Maria Alice dos Santos Gomes (CDU)

António João de Oliveira Correia (CDU) substituindo Jaime Matias

Maria Filipe dos Santos Henriques (CDU) substituindo Elisabete Afonso

José António Marques Antunes (CDU)

Aline Odete Rodrigues Silva (CDU)

Manuel Flores Sabino (BE)

Emanuel Faz Bulha Marques (PS)

Anabela Mateus Rodrigues (PS)

Fernando Garcia Barroso (PS) substituindo Tomás Silva

Ana Rita Matias da Cunha e Sá Pimentel (PS) substituindo Hugo António

Luís Miguel Sá Canhoto (PS) substituindo Sofia Silvestre

David Daniel Jesus Conceição (PSD)

Adriana Raquel Ferreira Martins (PSD)

Verificou-se a falta dos seguintes membros da Assembleia de Freguesia, por motivos profissionais Sr. Tomás Silva (PS), Sr. Hugo António (PS), Sr.ª Sofias Silvestre (PS), Sr.ª Cláudia Antunes (CDU), Sr.ª Elisabete Afonso (CDU) e Sr. Jaime Matias (CDU). Foram substituídos respetivamente, pelos eleitos Sr. Fernando

Barroso (PS), Ana Rita Pimentel (PS), Sr. Luís Canhoto (PS) que tomou posse, Sr.ª Laura Paço (CDU), Sr.ª Maria Filipe (CDU) e Sr. António Correia (CDU).

Estiveram igualmente presentes os seguintes elementos do executivo da UF-ASSAV:

Carlos Artur Raposinho dos Santos - Presidente do Executivo José Agostinho Henriques Ferrão - Secretário Nuno Manuel Lino Marques - Tesoureiro Pedro Jorge Rodrigues Pinto - Vogal Andreia Filipa Dâmaso Bóia - Vogal Marcos André de Brito Galado da Costa Grazina - Vogal Luís Daniel Martins Murilhas- Vogal

- 1. Período de Intervenção do Público:
- 2. Período antes da Ordem do Dia;
- Período da Ordem do Dia.
 - 3.1- Leitura e aprovação da ata nº. 10
 - 3.2- Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta sobre a atividade da União de Freguesias
 - 3.3 2ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimento e 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Ações

1 - Período de Intervenção do Público

A Sr.ª Presidente da Assembleia, **Antínia de Morais (PS)**, abriu a sessão com 30 minutos para intervenção do público presente.

Não houve inscrições do público presente.

2. Período antes da Ordem do Dia

A Sr.ª Presidente da Assembleia, **Antínia Morais** (**PS**) passou de imediato a informar os membros da Assembleia de Freguesia da necessidade de se pronunciarem relativamente aos diplomas de transferência de competências para o ano 2020, dado a pertinência e o carácter de urgência do assunto, propõe o acréscimo de mais um ponto na ordem de trabalhos.

3.4 Pronúncia sobre a Transferência de competências, Decreto-Lei nº. 57/2019, de 30/04 e Decreto-Lei nº. 104/2018, de 29/11, com apreciação, discussão e votação das deliberações a tomar em ata minuta, a fim de se pronunciarem efeitos imediatos desta sessão.

Posta a votação foi tal inclusão aprovada por unanimidade com 18 (dezoito) votos. Registando-se na altura a ausência temporária do eleito, **Sr. º Carlos Moreira** (CDU).

Deram entrada na mesa da Assembleia, dois documentos apresentados pela bancada da CDU que foram identificadas, **Moção A - Aeroporto na Base Aérea do Montijo**, e **Moção B - Transferência de competências para as freguesias.**

Postos a votação os documentos foram admitidos por unanimidade para discussão.

Moção A - Aeroporto na Base Aérea do Montijo

- O, Sr. Manuel Ramos (CDU), fez uma síntese da moção.
- O, **Sr. Luís Canhoto** (**PS**), como sendo a primeira vez nesta assembleia, cumprimentou todos os presentes, chamando a atenção para o 2º paragrafo, dizendo que lhe parece que falta ali qualquer coisa no texto a nível de escrita e pede para que seja reformulada dado ser um documento para votação. Questiona com que base a CDU diz que não foram equacionados os perigos que podem ocorrer nas descolagens e nas aterragens, o que está disponível é um estudo sobre parque habitacional a que todos tem acesso, refere ainda que poderá existir alguns danos ambientais, mas existem medidas mitigadoras para combater esses danos. Questiona a CDU se o aeroporto em Alcochete não iria causar riscos ou danos ambientais.
- O, **Sr. Carlos Moreira (CDU),** refere que há aqui um conjunto de questões colocadas que não são apenas a CDU a questionar, mas também são colocadas pela Ordem dos Engenheiros. A CDU sempre foi favorável a estruturas que favoreçam o progresso nomeadamente a travessia do Tejo. Referindo que no estudo não foram equacionadas todas as medidas de proteção, o dano ambiental para cada um de nós com a passagem constantemente de aviões, para os moradores da Baixa da Banheira, Alhos Vedros, Lavradio e Barreiro. Referiu que em Alcochete também haveria danos. Considera, se o aeroporto for feito no Montijo não vai resolver o problema da população de Lisboa e ainda vai criar o mesmo problema aos moradores da margem sul. Nos outros Países os aeroportos são feitos fora das zonas habitacionais Torna a ler o 2º parágrafo do documento e não percebe qual o mal, segurança é a posição da CDU não vale a pena construir soluções que sejam soluções coxas que não vão resolver o problema da área Metropolitana de Lisboa, não vão resolver problemas do país e vai ser mais uma solução a prazo, enquanto a construção em Alcochete seria mais proveitosa ao País.
- O, **Sr. Luís Canhoto (PS),** diz que não foi a Ordem dos Engenheiros que se pronunciou, mas sim o bastonário da Ordem dos Engenheiros, que não representa a Ordem dos Engenheiros. Menciona para que fique bem claro que a Ordem dos

Engenheiros não se pronunciou, não ficou aqui esclarecido pela CDU em que estudo se basearam para o incumprimento das questões ambientais.

- O, **Sr. Manuel Sabino (BE)** começa por dizer que isto é um caso político, se calhar lá no fundo o PS até gostaria que o aeroporto fosse em Alcochete. Considera que a vinda do aeroporto para o Montijo vai criar mais problemas à população da margem sul, nomeadamente no ruído.
- O, **Sr. José Antunes** (CDU), começa por referir que são todos do Barreiro, têm filhos e netos e devem ser responsáveis pelas suas decisões. Refere que não vê ninguém defender que seja boa solução o Montijo, inclusive pilotos. Não concorda que os aviões passem por cima do hospital, escolas, considera que é um crime, discorda da opinião do, **Sr. Luís Canhoto** (PS), que esta moção seja da CDU, se não concorda deveria entregar a sua própria moção, também não percebe quais medidas mitigadoras a que se refere.
- O, **Sr. David Conceição** (**PSD**), fica intrigado com a posição do Bloco Esquerda sobre opinião do PSD, dizendo que enquanto se discute Montijo/Alcochete devesse pensar no investimento que foi feito no aeroporto de Beja, que está às moscas. Não entende quando o, **Sr. Carlos Moreira** (**CDU**), refere que se o aeroporto fosse para Alcochete poder-se-ia desenvolver a área até Évora. Questionando se no Montijo não se pode desenvolver a mesma área sendo a distância quase a mesma.
- O, **Sr. Manuel Sabino (BE),** diz estar a discutir a Moção da CDU sobre o aeroporto e que não vê o PS a responder porque é que quer o aeroporto no Montijo.
- O, **Sr. Carlos Moreira (CDU),** respondeu ao, **Sr. David Conceição (PSD)**, dizendo que não é a mesma coisa, pois para ter um aeroporto é preciso haver um intercambio ou uma zona portuária. Sendo necessário ter à sua volta espaço necessário para desenvolver industrias ligadas a essa atividade, como é o caso do terminal de contentores no Barreiro, refere ainda que tem de perceber o que vai acontecer no Barreiro, mais propriamente a partir do Lavradio, Finaliza que cada um votará com a sua consciência e considera que o melhor para a região é a construção de um aeroporto faseado em Alcochete.
- O, **Sr. David Conceição (PSD)**, diz ter hipótese de ficar a dormir na zona da Costa da Caparica, para quem não sabe é onde se faz a viragem de aproximação ao aeroporto de Lisboa. Apesar de ter um sono leve consegue descansar a noite toda é tudo uma questão de habituação.

Após a discussão do documento o mesmo foi posto a votação:
Foi reprovado com os votos contra em número 8 (oito) do PS e em número de 2 (dois) PSD. Com os votos favoráveis em número de 8 (oito) da CDU e em número 1 (um) do BE.

O, Sr. Carlos Moreira (CDU), proferiu uma declaração de voto onde afirmava que esta votação tinha demonstrado quais eram as posições de cada um de nós,

acrescentando que ficava clara a posição da CDU e que cada um será responsável pela decisão que tomou.

Moção B - Transferência de competências para as freguesias

- A, Sr.4 Maria Alice Gomes (CDU), fez uma síntese da moção
- O, **Sr. Manuel Ramos (CDU),** enumerou algumas das competências que passam para as Autarquias, dando como exemplo o que poderá acontecer com os trabalhadores das Escolas, que ao passarem de auxiliares de Educação para Assistentes Operacionais, passam a ser "pau para toda a obra" a nível das Câmaras Municipais.
- O, **Sr. David Conceição (PSD**), devido ao ponto a acrescentar na Assembleia sobre as transferências, não se vai pronunciar sobre esta deliberação.
- O, **Sr. Manuel Sabino (BE),** diz que antigamente PS era contra, agora que esta na Autarquia tem outra opinião. Afirmando que determinados serviços devem passar para a competência das Juntas de Freguesia, para não acontecer que na mesma rua coexistam espaços da responsabilidade da Junta e outros da Câmara.
- O, **Sr. Luís Canhoto (PS),** diz ficar atónico, uma vez que não esperava que a CDU viesse negar competências, pois já no seu mandato as mesmas existiam. Reitera que a transferência de competências faz com que exista uma maior proximidade com a população. Acrescenta que apenas existirá novas competências para as Câmaras e Juntas. Continua dizendo que iniciou a sua atividade na CMB no departamento responsável pela descentralização que foi feita ao longo dos anos, defendendo que a posição do PS tem evoluído ao longo dos tempos e tem se notado que os serviços estão mais organizados na medida em que as competências atualmente estão consolidadas e já sabem o que é da sua competência ou não. Finda afirmando que o PS não só defendeu como participou na discussão sobre a descentralização.
- O, **Sr. José Antunes (CDU),** fala sobre as descentralizações de competência no Barreiro, dizendo que as mesmas começaram no século passado onde ainda muitos concelhos não sabiam o que era. Concorda que estão mais perto das populações e que se gasta menos dinheiro, mas tem que se ter em conta que com a redução do numero de freguesias e de eleitos o trabalho apresenta maiores dificuldade e os eleitos já se aperceberam disso. Acrescenta que a descentralização tem de ser acompanhada pelos meios para completar essas competências, já que não se pode reduzir o número de eleitos às Freguesias e dar-lhes mais responsabilidades. Refere ainda que em Congresso a CDU, PS e alguns elementos do PSD aprovaram por unanimidade o regresso das freguesias como elas existiam, agora o PS parece que aproveitou um carrinho e lá vai andando.
- O, **Sr. Carlos Moreira (CDU),** começa por dizer que o, **Sr. Luís Canhoto (PS),** disse uma inverdade, uma vez que a CDU não está contra, mas sim a favor. Refere que

à dois anos houve mudança política no Barreiro e ficou agradado com a evolução do PS, pois até à dois anos atrás eram só criticas e não havia nada que estivesse bem. Hoje o, **Sr. Luís Canhoto (PS)**, já diz que estão consolidadas as transferências de competências. Alerta ainda que com as transferências de competências para as freguesias e Câmaras sem as respetivas verbas e os meios, teremos no futuro um poder central com contas certas e teremos autarquias que terão de cobrar serviços mais elevados, isto é a perspetiva que se avizinha sem as verbas necessárias.

Após a discussão do documento o mesmo foi posto a votação: Foi reprovado com os votos contra em número 8 (oito) do PS e em número de 2 (dois) PSD. Com os votos favoráveis em número de 8 (oito) da CDU e em número 1 (um) do BE.

O, **Sr. Carlos Moreira (CDU)**, realizou uma declaração de voto sobre a transferência de competências onde referiu que as mesmas têm que ser acompanhadas com as verbas, meios e recursos humanos necessários ao seu desempenho, ficando por isso claro quais as posições de cada uma das forças politicas, principalmente fica claro as posições que a CDU defende, e as bancadas do PS e PSD não tiveram em conta este pensamento.

3.1 - Leitura e aprovação da ata nº. 10

A, Sr.º Maria Alice Gomes (CDU), ressalvou que a data que consta na ata referida anteriormente está incorreta e que deverá ser acrescentada vinte e cinco.

A mesa da Assembleia da UF-ASSAV tomou conhecimento da mesma alteração tendo por isso, a ata, sido sujeita a uma retificação.

A ata foi posta a votação, sendo aprovada com os votos favoráveis em número de 7 (sete) do PS, 7(sete) da CDU, 2 (dois) do PSD e 1 (um) do BE. É de notar que não votaram da bancada da CDU o eleito Carlos Moreira e da bancada do PS o eleito Luís Canhoto, por não terem estado presentes na sessão anterior.

3.2 - Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta sobre a atividade da União de Freguesias

O, Sr. Presidente da junta, **Carlos Raposinho (PS)**, fez uma breve apresentação do documento realçando a festa da UF-ASSAV que correu mais uma vez de forma muito positiva, destacando o aumento de expositores do comercio Local e os muitos visitantes durante todos os dias da festa. Realizou-se um total 30 (trinta) representações. Existem também a destacar duas parcerias com a C.M.B., uma delas "Há Fado no Barreiro" no Espaço do Parque Paz e Amizade e outra o Concerto

da Banda Municipal do Barreiro realizado na Praceta José Arêde. Na Educação verificou-se a visita ao Parque da Lourinhã com a turma vencedora do Concurso "Express' arte Liberdade 2019". Em relação a área da ação social continuamos a acompanhar situações sociais sinalizadas. No tópico da higiene urbana, espaços verdes e obras promovemos a pintura de várias salas e bibliotecas dos jardim-de-infância e escolas básicas do 1º Ciclo, destacando, na escola 5 onde pintamos o edificio através de adjudicação a uma empresa, na escola 6 foi pintado o muro e gradeamento envolvente à escola e também o exterior da escola, na escola 8 pintura do ginásio e colocação de duas balizas, Foi ainda realizado a substituição de dois aparelhos fitness na Avenida do Parque da Cidade e adquirimos mais um aspirador de folhas para facilitar o trabalho dos operacionais.

O, **Sr. Carlos Moreira (CDU)** coloca uma questão dizendo que no inicio do mandato do executivo quando se falou em descentralizações, o Sr. Presidente da junta, **Carlos Raposinho (PS)**, disse que esperava um aumento de verbas por parte da C.M.B, desse modo, gostaria de saber quais foram os valores, pois na sua opinião não houve qualquer alteração ao que já existia. De seguida gostaria de colocar duas ou três notas onde refere que ficou surpreendido quando vê entrada grátis quando todos os eventos que a UF-ASSAV faz são grátis. Acrescentou que no final do anterior mandato o Parque Paz e Amizade tinha sido todo recuperado e os acessos estavam em ordem, por isso não sabe o que se passou, mas passados dois anos é natural que o espaço esteja degradado, pelo que o mesmo terá que ser limpo e feita a sua manutenção para estar em condições. Coloca mais duas questões, a primeira é sobre se o horário de verão dos trabalhadores foi reduzido em tempo representativo, a segunda é se os jardineiros têm sido colocados a realizar pintura nas escolas no período da tarde.

Seguidamente pede para que a informação escrita do Presidente fosse mais generalizada, pois sente preocupação com a higiene urbana no barreiro, em articular com os jardins, com o calcetamento, o parque Paz e Amizade estar seco, algumas paragens dos autocarros estarem danificadas dando como exemplo a da escola Mendonça Furtado que estava por colocar. Solicita ao Sr. Presidente da junta, **Carlos Raposinho (PS)**, que lhe indique quais as obras feitas nestes dois anos, quais foram as qualificações nos jardins e quais foram obras nas escolas. Por fim afirma ter ido à festa da UF-ASSAV e ficar desiludido com duas coisas, a primeira a precariedade dos stands, a outra relacionada com o aspeto cultural na medida em que defende que tenha sido reduzido os espetáculos no palco principal em relação aos artistas.

- A, Srª Maria Alice (CDU), questiona a UF-ASSAV em relação ao transporte dos pombos como existe um calendário anual de pombos pergunta se o pedido é feito de uma só vez ou pontualmente para cada saída. Em relação ao planeamento de recursos humanos o que são ações de sensibilização/formação "On job".
- O, Sr. Presidente da junta, **Carlos Raposinho (PS)**, começa por responder que em relação aos valores estão mencionados no site da junta, em relação às lojas quanto tomou posse só teve conhecimento de duas, uma na Verderena e outra no Alto do Seixalinho.

- O, **Sr. Carlos Moreira (CDU)**, acrescenta que em Santo André existia um conjunto de voluntários no Bairro 1º de Maio que faziam vários tipos de trabalho.
- O, Sr. Presidente da junta, **Carlos Raposinho (PS)**, diz que em relação aos pombos o seu calendário está definido e é seguido. Refere que um dos compromissos que assumiu desde o início era que os autocarros passassem no Alto do Romão tendo sido comprido esse mesmo compromisso.

Em relação aos cursos de informática, foram dados por estagiários da escola secundária de Santo André e escola secundária Augusto Cabrita, promovendo a reunião de duas gerações o que se revelou bastante produtivo. Acrescenta que algum material informático foi substituído e duplicado e por isso neste momento os formandos não precisam de dividir computadores pois cada um tem o seu.

- O, Sr. membro do executivo, **Marcos Grazina (PS)**, intervém invocando o sentido democrático uma vez que estamos numa assembleia e por isso pede para que sempre que um membro esteja a falar não aja interferência.
- A Sr. Presidente da Assembleia, **Antinia Morais** (**PS**), realça a intervenção do Sr. membro do executivo, **Marcos Grazina** (**PS**), reiterando as palavras anteriormente proferidas de que temos que manter o espírito democrático, isto é, enquanto uns falam os outros ouvem.
- O, Sr. Carlos Moreira (CDU), diz, em defesa da honra, que não ouve qualquer ofensa ao Sr. Presidente da junta, Carlos Raposinho (PS), foi só uma tentativa de ajudar o que estava a acontecer. Acrescenta que enquanto esteve a intervir mais de que um membro da junta interveio e teve de parar. Por fim questiona porque é que apenas, nesse momento, o Sr. membro do executivo, Marcos Grazina (PS), tinha realizado tal intervenção.
- O Sr. membro do executivo, **Marcos Grazina** (**PS**), diz que como membro deste executivo tem o direito a intervir e acima de tudo a proferir tal intervenção, contudo acrescenta que não se dirigiu a qualquer pessoa em específico, apenas o fez em sentido lato.
- O Sr. Presidente da junta, Carlos Raposinho (PS), continuou a sua intervenção onde respondeu sobre os Seminários que contam para as 40 (quarenta) horas de formação. Sobre a festa da UF-ASSAV tentamos seguir o modelo anterior, mas deparamo-nos com grandes dificuldades em relação ao palco, uma vez que o pedido do mesmo, feito à Câmara Municipal da Moita, foi nos negado, pelo que tivemos de optar por outra solução. Acrescenta não ter dúvidas que palco atual tem muito mais qualidade. Finda dizendo que não concorda com o, Sr. Carlos Morelra (CDU), na medida em que se verificou a presença de inúmeros visitantes, em relação aos artistas afirmar haver gostos diversos. Em relação ao Parque Paz e Amizade também não concorda, pois, o acesso estava péssimo estado e por limpar, contudo o anfiteatro estava em condições apenas necessitava de uma limpeza. Informa também que foi solicitada ajuda aos jardineiros para colaborarem nas pinturas nas escolas, só participou que mostrou disponibilidade e que foi com muito

empenho e interajuda de todos que conseguimos finalizar todas as pinturas para receber todas as crianças com melhores condições no início de um novo ano letivo. Em relação ao horário de Verão começa por dizer que este ano a temperatura não esteve tão alta, de seguida temos de ter em conta as férias escolares, cada vez iniciam mais tarde e começam mais cedo dessa forma o trabalho tem de ser ajustado ao tempo e aos trabalhadores. Na higiene urbana houve uma avaliação por parte da C.M.B. e tivemos a melhor pontuação de sempre, desta forma não posso concordar com essa observação. Em relação às paragens do autocarro vai ser resolvido com o projeto que a C.M.B. está a estudar. Por fim refere que estão satisfeitos com a obra de Santo André e com as novas rotundas que vão surgir, já sobre a informação escrita afirma ser o seu modelo.

- O Sr. membro do executivo, **Pedro Pinto (PS)**, começa por dizer que quando tomaram posse existia um mapa de Excel onde afirma que se não houvesse calçada por colocar teria que estar vazio algo que não se verificava, em relação aos buracos afirma que apenas numa cidade imaginária os mesmos não existem. Sobre o bairro 25 de Abril convida o Sr. Carlos Moreira, se estiver disponível e interessado, a visitar o bairro para verificar quais os espaços que estão consolidados e quais os espaços ajardinados que estão secos.
- O, **Sr. Carlos Moreira (CDU),** diz que não é preciso muito basta subir a Avenida dos Fuzileiros Navais e veem-se esses canteiros.
- O Sr. membro do executivo, **Pedro Pinto (PS)**, respondeu que esses canteiros provocam infiltrações nas casas e por isso estão desativados por ordem da C.M.B, acrescentando que esse assunto já vem do anterior executivo.
- O, **Sr. Carlos Moreira (CDU)**, diz que havia problemas que foram resolvidos e não acha que seja solução acabar com os canteiros.
- O, Sr. membro do executivo, **Pedro Pinto (PS)**, informa que "On job" significa executar tarefas com ferramentas e equipamentos de máquinas de deservagem em vez de formação técnica, isto é, leva-se os aparelhos para o local de trabalho e é ensinado aos trabalhadores a manusearem o material. Desta forma fica dada a formação e conta para as 40 (quarenta) horas.
- A Sr.ª membro do executivo, **Andreia Boía (PS)**, começa por referir que a sala de estudos do Estrela Polar mantém-se em funcionamento acrescentando que esta semana houve receção de alunos e encarregados de educação. Diz ainda que este ano o Professor Amadeu deu oportunidade a novas crianças desfavorecidas com outro tipo de necessidades. Além da sala de estudo tem havido uma preocupação de ir ao encontro das famílias através de alguns programas tais como o ocorrido em maio designado de "Programa Dia da Família" para pudermos abordar outros temas que sejam fundamentais para o desenvolvimento destas crianças. Finda dizendo que além de promover o sucesso escolar é importante desenvolver o processo pessoal.

O, Sr. Carios Moreira (CDU), reafirma que quando foi as eleições não havia buracos identificados e questiona se continuam a utilizar a folha de Excel. Fica satisfeito que tenham feito melhorias no armazém pois é esse o papel da junta e é para isso que cá está, mas quando for inaugurado que não inaugure os balneários e a cozinha pois esses espaços foram feitos de raiz no seu mandato.

Em relação ao site não aceita que o Sr. Presidente da junta, Carios Raposinho

(PS), mande consultar pois os membros da assembleia deveriam ter uma informação mais detalhada, pois se fosse no tempo da CDU a bancada não aceitaria tal resposta. Sobre as obras no Barreiro não mudou tudo de um momento para o outro as coisas vão-se fazendo ao longo dos anos, o Sr. Presidente da junta, Carlos Raposinho (PS), vem aqui aplaudir uma obra meritória mas que foi discutida e planeada no anterior executivo da Câmara, como também a CDU terminou algumas obras planeadas pelo PS. Congratula-se com a conclusão do passeio que ligou a Rua de São Tomé à Avenida dos Fuzileiros Navais de uma ponta à outra, iniciada no mandato do Sr. António Marques e que foi pré discutida e preparada pelo executivo anterior.

O Sr. Presidente da junta, **Carlos Raposinho (PS)**, diz se já existia um diálogo entre a C.M.B e a UF-ASSAV a pergunta que faz é se o projeto que já vinha dos anteriores mandatos não lhes foi transmitida suscitando assim uma falta de comunicação porque fazer um investimento daquela natureza para passado pouco tempo ser destruído é realizar um mau investimento do dinheiro publico. Acrescenta por fim se será que o projeto era assim ou houve alterações.

- O, **Sr. Carlos Moreira (CDU),** refere que sempre houve comunicação entre os eleitos da C.M.B. e UF-ASSAV, independentemente se foi feito por pouco tempo ou muito, o certo é que serviu os interesses da população que deixaram de andar com terra e lama nos pés quando chovia. Acrescenta que só mais tarde é que começou a haver a perspetiva daquele espaço ter uma nova configuração, contudo reitera que o dinheiro não foi mal empregue.
- O Sr. Presidente da junta, **Carlos Raposinho (PS),** informa que o projeto anterior que havia para o Lidl não contemplava o melhoramento do espaço onde estava o passeio junto à escola secundária de Santo André, ou seja, era só o Lidl e todo o restante espaço não estava contemplado. Este executivo camarário com as negociações que fez conseguiu que aquele espaço ficasse também ele melhorado.
- O, **Sr. Carlos Moreira (CDU**), referiu que ainda estava contemplado mais uma rotunda da Rua Jornal Heraldo com a Rua Capitães de Abril.
- O, Sr. Luís Canhoto (PS), começa por dizer quando entrou para a C.M.B. foi para este departamento, pelo que conhece bem o projeto e pelas faces que o projeto passou salientando que a obra ainda não está concluída e à um conjunto de rotundas que irão começar em breve sendo uma delas a que o, Sr. Carlos Moreira (CDU), referiu e a outra é no entroncamento do ferro velho. Esta obra acabava precisamente na rotunda e todo aquele melhoramento valorizou a "200%" aquele espaço, tornando este local numa das áreas mais bonitas da UF-ASSAV e do concelho. Acrescenta que todo o arranjo da rotunda até à escola secundária de

Santo André não estava no projeto original inclusive na última assembleia municipal o vereador Rui Braga fez referência a esta questão e não houve ninguém que contrariasse o que ele disse, por isso não é admissível que nesta assembleia venham dizer o contrário.

- O, Sr. Manuel Sabino (BE), diz que esta discussão só vem demonstrar aquilo que o Sr. Presidente da junta, Carlos Raposinho (PS), disse na anterior assembleia e aproveita para solicitar em que face se encontra a questão do Bairro Alves Redol pois acha que os membros da assembleia deveriam de estar mais informados.
- A, Srª Maria Alice (CDU), fala de uma rotunda que não estava contemplada e que a seu ver está pior do que estava querendo por isso saber a opinião da UF-ASSAV.
- O Sr. Presidente da junta, **Carlos Raposinho (PS),** diz que a rotunda ainda não está concluída e pergunta se a rotunda do hospital é diferente.
- O, **Sr. Carlos Moreira (CDU),** aguarda pela próxima assembleia para saber qual o balanço das obras, requalificação de jardins e qual o número de sinais de trânsito substituídos ao longo dos dois anos de mandato.
- O, Sr. David Conceição (PSD), diz que os pontos que estão na ordem de trabalho tem de ser respeitados, na medida em que claramente perde-se tempo com obras "daqui e da li" e por isso pede à Srª Presidente da Assembleia, Antinia Morais (PS), para que numa situação desta intervenha.
- A Srª Presidente da Assembleia, **Antinia Morais (PS),** responde que isto se resolve com tempos para cada um terá que estar regulamentado com alteração ao regimento da assembleia.
- O, **Sr. David Conceição (PSD)**, relembra que houve uma reunião e nada mais foi feito este assunto já devia ter sido discutido à mais tempo,
- A Sr.ª presidente da assembleia, **Antinia Morais** (**PS**), diz que solicitou contributos aos representantes dos partidos e até hoje não teve qualquer resposta para que a reunião seguinte pudesse avançar.

3.3 2º Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimento e 2º Revisão ao Plano Plurianual de Ações

O Sr. Presidente da junta, **Carlos Raposinho (PS)**, começa por referir que houve necessidade de reforçar valores em algumas rubricas por forma a corresponder às necessidades.

Sendo os documentos postos a votação, foram aprovados por maioria:

Votos favoráveis em número de 8 (oito) do PS, em número de 2 (dois) do PSD, em número de 1(um) do BE. Votos contra em número de 7 (sete) da CDU devido ao facto de um elemento se encontrar fora da sala por se sentir maldisposta.

3.4 Quadro de Transferências de Competências do Município para a Freguesia — Decreto-Lei nº. 104/2018, de 29/11 e Decreto-Lei nº. 57/2019, de 30/04

A Srª Presidente da Assembleia, **Antinia Morais** (PS), entrou em contato com os representantes da bancada dos partidos na assembleia de freguesia enviando o documento por mail a todos os membros da assembleia.

O Sr. Presidente da Junta, **Cartos Raposinho (PS)**, refere que foi feita uma reunião extraordinária e conforme entendimento do executivo, aprovou a não rejeição das referidas competências.

- O, **Sr. Manuel Ramos** (CDU), diz ter sido uma surpresa o fato de já ter sido deliberado pois quando foi retirada a proposta que a bancada apresentou na assembleia anterior não houve um esclarecimento, afirma ser um retrocesso, uma vez que dizemos que é necessário a reposição das freguesias.
- O, Sr. David Concelção (PSD), diz que este assunto já devia ter sido discutido há mais tempo.
- O, Sr. Carlos Moreira (CDU), refere que o Sr. Presidente da junta, Carlos Raposinho (PS), diz que a C.M.B não tem qualquer pedido à mais de dois anos de exploração de máquinas e acampamentos provisórios e se aparecer vai trazer problemas, pois vai ter que ter uma tabela de taxas e licenças uma vez que tudo tem um custo e tem que ter fiscalização. A posição da CDU é bem clara e sempre foi aceitar as descentralizações, mas não aceitar a todo o custo, aceitar a descentralização com a reposições das freguesias. Acrescenta que o PS sempre votou ao lado da CDU, contudo neste momento diz não saber qual a atual posição. Afirma por fim que apenas se deve aceitar competências que tenham definido à priore quais são o pacote financeiro, os meios técnicos, materiais e humanos para execução destas novas competências.

O documento foi posto a votação sendo aprovado por maioria: Votos a favor em número de 8 (oito) do PS e em número de 2 (dois) do PSD. Votos contra em número de 1 (um) do BE e em número de 7(sete) da CDU devido a um elemento da CDU se encontra ausente da reunião de assembleia por má disposição

A Srª Presidente da Assembleia, **Antinia Morais** (PS), elaborou uma ata minuta lendo-a aos membros da assembleia.

Nada mais havendo a tratar, foi a sessão dada como encerrada pelas zero horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e cito de setembro do ano dois mil e dezanove.

Municipio de Barreiro



PS-8 Cdu-8 PSd-2 36-1

Reprovedo.

Abst Q

MOÇÂO Sobre o Aeroporto na Base Aérea do Montijo

A construção de um aeroporto civil na base aérea do Montijo levanta as maiores reservas e preocupações quanto às questões relativas à segurança das populações e das zonas sobrevoadas.

A forma como todas as questões relativas à segurança das populações das áreas confinantes com o projecto de construção de um terminal aeroportuário na BA6, revela que não foram minimamente equacionados os perigos que podem ocorrer nas descolagens e nas aterragens quer por colisão com aves quer por outras razões ou incidentes.

Uma situação que se agrava exponencialmente em face de as aproximações para aterragem e as descolagens se efectuarem em direcção e sobre zonas com enorme densidade habitacional ou de concentração de indústrias.

A avaliação de impacto ambiental que foi posta à discussão não levou em linha de conta os impactos sobre a saúde e a segurança das populações nem os danos ambientais irreversíveis que vai provocar nem tão pouco procurou incorporar os pareceres, o conhecimento, as propostas e as sugestões que diversas entidades e técnicos colocaram.

Em matéria de risco com substâncias perigosas não se analisaram as implicações ou riscos com incidentes com aeronaves nas unidades industriais, existentes na envolvente do projeto, tais como a ADP Fertilizantes, a SGL Composites, e a LBT Tanquipor.

Ou seja não se teve em conta o mundo à volta da solução que a VINCI nos quer impor, sendo omitidos problemas e impactos sobre o meio circundante sejam eles sobre as zonas residenciais ou sobre as zonas industriais, não se reconhecendo riscos nem apontando medidas visando a sua minimização.

Assim a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias do Alto do Seixalinho, Santo André e Verderena, reunida no dia 27 de Setembro de 2019 decide:

- 1. Rejeitar a opção de construção do Aeroporto na Base Aérea do Montijo;
- Defender a construção do Novo Aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete, de forma faseada.

Barreiro, 27 de Setembro de 2019

Os eleitos da CDU

A Moção deve ser enviada para a Agência Portuguesa do Ambiente, para o Presidente da República, para os grupos Parlamentares do PSD, do PS, do BE, do CDS, do PCP, do PEV e do PAN, para o Primeiro-ministro, para o Ministro das Infraestruturas e para o Ministro do Ambiente.





Deliberação sobre

Transferência de competências para as Freguesias

A Lei da transferência de competências para as autarquias (50/2018) e a de alteração à Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (51/2018), confirmam a consagração do subfinanciamento do poder local e a transferência de encargos em áreas e domínios vários, colocando novos e sérios problemas à gestão das autarquias e, sobretudo, à resposta aos problemas das populações.

A Lei 50/2018 prevê que os termos concretos da transferência em cada uma das áreas, resulte de Decreto-Lei a aprovar em Conselho de Ministros.

Nesses termos foi publicado o Decreto-Lei nº 57/2019, de 30 de Abril que "Concretiza a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias".

A publicação do Decreto-Lei nº 57/2019, de 30 de Abril decorre da Lei nº 50/2018, de 16 de Agosto, que determina o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, é parte integrante de um processo designado de descentralização, mas que na prática mais não é do que uma transferência de encargos para as autarquias a par de uma profunda e inaceitável desresponsabilização do Governo de áreas fundamentais.

O Decreto-Lei, tal como já acontecia com os acordos de execução entre municípios e freguesias, não concretiza só por si qualquer transferência de competências dos municípios para as freguesias. A transferência de competências está dependente de um entendimento entre os municípios e as freguesias e da respectiva aprovação pelos órgãos autárquicos, podendo nunca acontecer. Na prática não há novas competências próprias das freguesias, contrariamente ao que foi amplamente propalado pelo Governo.

Por tudo isto, está-se perante um quadro de incerteza e insegurança, quer para os trabalhadores quer para a organização e funcionamento dos serviços, gerador de limitações e dificuldades, lesivas dos interesses das populações.



A Lei 50/2018 estabelece, porém, que essa transferência se possa fazer de forma gradual e confere às autarquias a faculdade de optarem por adiar o exercício das novas competências por deliberação das suas assembleias, comunicando a sua opção à DGAL.

Assim, atendendo aos considerandos referidos, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias do Alto do Seixalinho, Santo André e Verderena, reunida no dia 27 de setembro de 2019, delibera:

- 1. Rejeitar a transferência de competências prevista no Decreto-Lei 57/2019, para os anos de 2019 e 2020, nos termos do nº 2 do artigo 12º do mesmo dispositivo legal e nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º da Lei 50/2018.
- 2. Manter os Acordos de Execução e interadministrativos realizados com o Município até ao final do mandato 2017/2021.

3. Reclamar:

- O início de um processo sério de descentralização, inseparável da consideração da criação das regiões administrativas;
- A reposição das freguesias liquidadas contra a vontade das populações;
- A identificação no domínio da transferência de novas competências, das que se adequam ao nível municipal e de freguesia, não comprometem direitos e funções sociais do Estado (designadamente a sua universalidade) e sejam acompanhadas dos meios financeiros adequados e não pretexto para a desresponsabilização do Estado por via de um subfinanciamento que o actual processo institucionaliza.

Barreiro, 27 de Setembro de 2019

Os eleitos da CDU